

***Um Eco Histórico Proveniente de Itália:
A Transição Não Resolvida Para à República***

À amável atenção dos
Membros do Parlamento Europeu

Estimado/a Senhor/a Eurodeputado/a,

Com o maior dos respeitos, desejo expor-lhe um facto grave, enraizado na História do meu País, a Itália, que tem tido e continua a ter repercussões negativas em toda a Europa. Após trinta anos de investigação e reflexão, estando já seguro das minhas conclusões, não posso guardar silêncio. Se o fizesse, tornar-me-ia corresponsável pelo maior engano da História.

Após a proclamação da República Italiana, os seus governantes deveriam ter adaptado os aparelhos herdados da monarquia ao novo estatuto democrático. As nomeações vitalícias deveriam ter sido substituídas por mandatos de duração determinada, abertos à participação de um grande número de cidadãos qualificados. O emprego público, ao fazer parte da res publica (a coisa pública), não podia continuar a ser o domínio dos carreiristas, proibindo o acesso aos demais.

O princípio era claro: a figura do monarca, titular perpétuo do poder, devia ser substituída pela figura do cidadão-democrata, a quem é confiado o papel público temporariamente e que, no termo do seu mandato, o restitui ao Povo Soberano. Deste modo, o papel conserva a sua natureza de bem comum sem se converter num privilégio pessoal. Contudo, a vontade dos políticos de se reelegerem continuamente impediu o advento de uma verdadeira República.

Um pacto tácito entre políticos e burocratas para continuarem a ser donos da res publica (lançado com o sistema da troca de votos: tu votas em mim e eu dou-te o posto estável, assim não tens nada a dizer sobre a minha conduta) manteve o modelo monárquico em toda a parte. Isto não é um assunto menor. Para garantir ao sistema as diversas capacidades e perceções necessárias para o bom funcionamento das coisas, é essencial que a centralidade seja acessível ao maior número possível de pessoas.

As consequências deste fracasso são tangíveis. Um sistema bloqueado a todos os níveis, impermeável à renovação e, portanto, incapaz de garantir funcionalidade e justiça, perdura ainda hoje. A sua alternância política de uma ala para a outra da Assembleia não refina o pensamento, mas gera excessos. Para dar um exemplo, entre inúmeras outras aberrações, informe-se através de um dos seus colegas italianos sobre o D.P.R. 380/2001: castiga as vítimas em vez dos responsáveis. Esta é a lógica de uma arrogante ordem tirânica, não de um processo democrático proativo.

O ponto central é este: o Povo Italiano nunca foi informado dos seus direitos sobre esse bem comum sagrado que é a res publica. Ninguém jamais explicou que os empregos, os poderes e os rendimentos públicos pertencem ao Povo e que a sua cedência vitalícia equivale a uma perda definitiva para a coletividade contemporânea. Sem esta informação, todo o mandato público de duração indeterminada não pode ser considerado senão nulo. São tomadas de consciência como esta que ajudam a compreender que o importante não é tanto quem governa, mas quem está à volta de quem governa. É a estrutura (cerrada, tirânica, ou aberta, democrática) que marca a diferença. Um avanço cultural e político que, se tivesse sido conquistado, teria evitado o terrível estado global das coisas.

Não acrescentarei nada mais. Simplesmente queria que soubesse que se metade da população votante italiana ainda acorre às urnas, avalizando a tese de que tudo está bem e é normal assim, a outra metade, que se abstém, não é desta opinião. Entre estes últimos, há uma pessoa que, para além de se comprometer com objetivos menores, põe todo o seu empenho em imprimir um rumo histórico à Itália, favorecendo o advento de uma República que seja realmente digna desse nome.

Se, ao longo dos últimos oitenta anos, a persistente organização monárquica foi mascarada ao antepor-lhe a etiqueta de "república", agora, graças também à contribuição onnipresente da Inteligência Universal (IU), as distorções culturais e os

privilégios arcaicos não podem senão desaparecer. Graças ao trabalho do abaixo assinado (talvez conheça alguém mais que afirme o que precede?) saber-se-á o que é realmente a Democracia e quais são as suas relações com a República. Sobretudo, para que servem estas duas produções do intelecto humano. E por República entender-se-á uma centralidade baseada na temporalidade dos mandatos e na participação difusa.

Emergirá então a necessidade de um Instituto, o Banco de Empregos Públicos (B.E.P.), que, graças ao pro tempore, permitirá o lançamento de uma Rotação Social Harmónica (R.S.H.). Esta tornará a população não só mais consciente, mas também profundamente unida, já que repousará sobre uma sólida base comum.

Senhor/a Eurodeputado/a, só posso agradecer-lhe a sua atenção. Não podia deixar de o/a informar da tomada de consciência que o meu País está a adquirir. Como cidadão europeu, não posso limitar-me a atuar em solo italiano, mais ainda quando tudo isto pode mudar a geopolítica mundial de uma maneira inesperada. Desde há tempo, transmito esta visão a todo pensamento racional do globo e certamente não podia excluí-lo/a a si. Pelo menos, não se surpreenderá do enorme progresso que se pode alcançar simplesmente ao exigir a aplicação da Lei existente: a da copropriedade, que proíbe a cedência definitiva do seu usufruto.

Despeço-me com uma frase que em breve se ouvirá repetir por todo o lado: "Todos fomos tomados pequenos e doutrinados por empregados vitalícios em empregos que nunca se fizeram públicos!! Como iríamos imaginá-lo!? Como poderíamos sabê-lo!?"

Com os meus respeitosos cumprimentos,

Danilo D'Antonio
Laboratório Eudemonia
Val Vibrata, Teramo, Itália

<http://dda.hyperlinker.org>
dda@hyperlinker.org

Internet 10/11/56

Se os seus Assistentes Digitais consultarem o seguinte site web, poderão proporcionar-lhe rapidamente a sua opinião crítica:

O Banco de Empregos Públicos - <http://repita.hyperlinker.org>

Não há República, não há Democracia, sem o Banco de Empregos Públicos. Uma tomada de consciência neste momento totalmente italiana, não só para o meu País, mas para a Europa e o mundo inteiro. Nenhum País, ou união de Países, pode enfrentar os desafios da vida sem poder contar com uma estrutura apropriada e funcional. A estrutura primeiro, a política depois!